



DIA DA TRABALHADORA DOMÉSTICA DIA DE LUTA POR DIREITOS

Hoje é dia 27 de abril, dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Dos 6,2 milhões de pessoas nesse tipo de trabalho, 93% são mulheres, 65% negras. Reconhecer o perfil dessas trabalhadoras nos faz entender porque a conquista de direitos caminha a passos lentos, apesar de toda a luta da categoria. Embora a PEC das Domésticas tenha sido promulgada em 2013, seu cumprimento ainda é difícil. Além disso, a crise econômica e política agrava a situação de vulnerabilidade e de desemprego. A batalha agora no Congresso é para que elas sejam uma das prioridades na fila da vacinação.

Organizações que defendem os direitos da população LGBTQI+ encaminharam ofício conjunto à Câmara e ao Senado solicitando a convocação da secretária da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ângela Gandra, para dar explicações sobre sua fala em evento sobre “ideologia de gênero” (sic). Sem apresentar nenhuma prova, ela afirmou que o Governo retirou de circulação “todas as cartilhas que tínhamos onde os pais eram preparados a ajudar seus filhos desde os dois anos [de idade] a escolher seu sexo”. O ofício foi encaminhado pelas Associações LGBTQI+ nacionais. Um Requerimento 825/2021 nesse mesmo sentido foi apresentado pelo deputado federal David Miranda (PSOL/RJ).

O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos/RJ) demonstrou mais uma vez que “só pensa nisso”. Em debate sobre a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a autodeterminação informacional, achou que se discutia identidade de gênero e criticou a proposta afirmando ser preciso “respeitar a biologia do ser humano”.

E o Governo segue editando portarias e decretos que ferem a autodeterminação reprodutiva das mulheres. Na semana passada, uma Portaria publicada pelo Ministério da Saúde tornou pública a decisão de incorporar o implante de anticoncepcional de longa duração em alguns grupos de mulheres em idade fértil para prevenir a gravidez não planejada.

Entre estas, mulheres em situação de rua, com HIV/AIDS, privadas de liberdade e trabalhadoras do sexo. Para os movimentos feministas e de mulheres, métodos contraceptivos devem ser disponibilizados através de uma política universal de saúde e serem acessíveis a todas as mulheres, que devem ser informadas dos benefícios e reações adversas de cada um dos métodos, para tomarem sua decisão. Da forma como está, a Portaria expressa a visão eugenista do atual Governo. As deputadas e movimentos da Frente Parlamentar Feminista Antirracista propuseram um PDL para sustar a portaria e devem pedir audiência pública.

Infelizmente, neste final de semana atingimos o mesmo número de mortes por COVID-19 que tivemos em todo o ano de 2020. Apesar da média móvel ter caído 20%, abril foi o mês mais letal em pelo menos sete estados.

Apesar disso, o esforço do governo Bolsonaro está concentrado em se livrar da CPI da Pandemia, garantir as emendas parlamentares para o centrão e aprovar projetos como o da privatização da Eletrobrás e da “nova” Lei de Segurança Nacional – que pode piorar a criminalização dos movimentos sociais.

A CPI que vai investigar a conduta do governo federal na pandemia começa a funcionar nesta terça, 27 de abril, no Senado. No entanto, um juiz de primeira instância do DF, atendendo a pedido da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), determinou em liminar que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) não pode ser o relator da comissão. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, já avisou que a decisão será ignorada.

RESULTADOS DA SEMANA

DE 19 A 23 DE ABRIL

O Plenário da Câmara aprovou o PL 1943/2019, de autoria da deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres. O PL foi aprovado na forma do substitutivo proposto no parecer da relatora, deputada Dra. Vanda Milani (SOLIDARI/AC). Foi acrescentado um dispositivo que inclui nas campanhas as trabalhadoras domésticas, sem muita ênfase. O ideal seria remeter às legislações já conquistadas. A matéria agora vai para o Senado.

A Comissão do Esporte (CESPO) aprovou o parecer favorável ao PL 3637/2019 (PLS 397/2016), de autoria da senadora Rose de Freitas (MDB/ES), que inclui a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos. A matéria agora será apreciada pela CCJC.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) aprovou três requerimentos: REQ 40/2021, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), para a realização de audiência pública para discutir projetos de lei e outras ações voltadas para a efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTI. E os REQ 39/2021 (deputado Marcon - PT/RS e outros) e REQ 41/2021 (deputado Carlos Veras - PT/PE), para a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 6764/2002 que define, no Código Penal, os crimes contra o Estado Democrático de Direito e revoga a Lei de Segurança Nacional.

A Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) **mantém a criminalização dos movimentos sociais**, ao aprovar o parecer pela rejeição do PL 5917/2016, de autoria do deputado Patrus Ananias (PT/MG) e outros que excluía os movimentos sociais da classificação de organização criminosa. A matéria agora será analisada pela CCJC. A CSPCCO também aprovou o REQ 18/2021, de autoria do deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), para a realização de Audiência Pública, de maneira conjunta, entre as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Mulher, para debater a respeito do PL 501/2019, que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, nas microrregiões dos Estados.

Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou o [REQ 106/2021](#), de autoria da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), para a realização de audiência pública para debater os impactos da Covid-19 na comunidade negra, com destaque para a vida das mulheres.

EM PAUTA NA SEMANA

NO CONGRESSO NACIONAL

Até o fechamento desta edição do Radar, a pauta da semana do Plenário não tinha sido divulgada.

- Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) discute em Audiência Pública a “Revogação da Lei de Segurança Nacional”, na lista 29 pessoas convidadas.
- Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) discute o [PL 10739/2018](#), de autoria da deputada Carmen Zanotto (PPS/SC) e outras, que dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro durante o mês de novembro. O parecer do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) é pela aprovação deste, e do [PL 1468/2019](#), apensado, com substitutivo. E o [PL 853/2019](#), de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto. O parecer da relatora, deputada Vivi Reis (PSOL/PA) é pela aprovação, com substitutivo.

Senado Federal

O Plenário do Senado discute o [PL 2442/2020](#), de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), que estende o prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de UTI enquanto perdurar a pandemia da Covid-19. A relatora, senadora Rose de Freitas (MDB/ES) ainda não apresentou seu parecer.

PROPOSTAS EM ANDAMENTO

NO CONGRESSO NACIONAL

PL 434/2021, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que institui o Estatuto do Nascituro foi apensada ao PL 11148/2018, de autoria do deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP), que também trata do tema. Este, por sua vez, está apensado ao PL 478/2007, de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG). Com isso o PL 478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro, tramita com 18 propostas a ele apensadas. O projeto está na Comissão dos Direitos da Mulher (CMulher), aguardando parecer do relator, deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT).

Agora uma árvores de Projetos nessa área. O PL 359/2021, de autoria do deputado Neucimar Fraga (PSD/ES), que reduz a idade mínima para acesso à esterilização voluntária foi apensada ao PL 14/2015, de autoria do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP). A proposta do filho do Presidente modifica as regras para a realização de esterilização voluntária. E, por sua vez, está apensado ao PL 313/2007, de autoria do deputado Maurício Trindade (PR/BA), que estabelece a oferta de pelo menos três métodos de contracepção reversíveis: um método irreversível para homens e um para mulheres, e possibilita a esterilização voluntária a partir dos 23 anos. O PL 313/2007 agora tramita com 21 propostas apensadas e aguarda o parecer do relator deputado Diego Garcia (PODE/PR), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Lembrando que apensamentos são comuns em projetos que tratam de temas parecidos. Não necessariamente representam que o projeto está avançando.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

As deputadas da Frente Parlamentar Feminista Antirracista apresentaram o [PDL 176/2021](#) para tentar sustar a Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021, que torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel. A portaria, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Na avaliação dos movimentos, a proposta é eugenista e não garante o atendimento de saúde para as mulheres que implantarem o chip. Há relatos de descaso e violência com as mulheres atendidas em programas semelhantes. A luta é por acesso digno e integral para todas as mulheres em idade reprodutiva.

Segue a obsessão de alguns parlamentares contra o direito das mulheres realizarem a interrupção da gravidez nos casos previstos em Lei

Figurinha carimbada do nosso Radar, a deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) apresentou o [PL 1515/2021](#), que acrescenta parágrafo à Lei que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus. Ela quer vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade “telemedicina”. Isso porque o trabalho da obstetra Helena Paro, do Hospital de Clínicas de Uberlândia (MG), ganhou repercussão nas últimas semanas.

É dela também a [INC 527/2021](#), que sugere ao Defensor Público-Geral Federal a criação de um grupo temático, no âmbito da Defensoria Pública da União, para fins de assistência jurídica e extrajudicial ao nascituro.

Proposta sugere o afastamento do agressor do município onde mora a mulher agredida

Outra alteração na Lei Maria da Penha. O [PL 1449/2021](#), de autoria do deputado Delegado Waldir (PSL/GO) quer estabelecer como medida protetiva de urgência, o afastamento do agressor do município de domicílio da ofendida.

Cota em postos de trabalho para mulheres vítimas de violência doméstica

Já tem outras propostas tramitando com um conteúdo semelhante. O [PL 1454/2021](#), de autoria do deputado Leonardo Gadelha – PSC/PB, altera a Lei de Licitações e Contratos Administrativos para reservar pelo menos, 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho nos contratos de serviços de execução por terceiros, para mulheres vítimas de violência doméstica, dependentes economicamente de seus cônjuges ou companheiros.

Proposta veda nomeação de quem comete violência doméstica e familiar contra a mulher

[PL 1523/2021](#), de autoria do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal, para vedar a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, para os cargos ou empregos públicos de qualquer natureza, de pessoas que tiverem sido condenadas, com trânsito em julgado, pelos crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher. Também tem projetos parecidos em tramitação.

Multa para quem praticar diferenciação salarial entre homens e mulheres

[PL 1489/2021](#), de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), altera a CLT para impor multa administrativa ao empregador que praticar diferenciação salarial em razão de sexo ou de qualquer outro elemento discriminatório e para criar lista pública de empregadores que violarem a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Curso sobre igualdade entre homens e mulheres no trânsito para obter carteira de habilitação

[PL 1467/2021](#), de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), altera a Lei que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação à realização de curso e de exame sobre a igualdade entre mulheres e homens no trânsito.

Que políticas e ações de combate ao trabalho escravo e ao tráfico pessoas o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem implementado?

São as informações solicitadas pelo deputado Carlos Veras (PT/PE), por meio do [RIC 509/2021](#).

VALE A PENA CONFERIR!



UOL

Governo usa "família" para combater o que chama de "ideologia de gênero"



Pública

Movimento de médicos que mistura aborto com cloroquina tem ligações com Ministério da Saúde



Coluna Baderna Feminista

Na coluna Baderna Feminista do Outras Palavras falamos sobre "Milícias digitais, mais um reflexo do patriarcado"



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.